

DÍVIDA: ESTÁ PRONTO O ACORDO.

Mas, por enquanto, ^{63x}so assinam os bancos americanos. O anúncio oficial será no final da semana.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, informou ontem, em Brasília, que o Brasil fechou um acordo parcial com os bancos credores dos EUA, para a renegociação da dívida dos anos 1986, 87 e 88. Pelo acordo, o País se compromete a fazer um depósito inicial correspondente a um mês de juros devidos (aproximadamente US\$ 500 milhões), contra um depósito dos bancos credores equivalente a três vezes essa importância. O anúncio oficial do acordo deverá ser feito até o final da semana, livrando desta forma o Brasil da reclassificação pelas agências federais norte-americanas, o que cortaria imediatamente suas fontes de créditos nos EUA.

A informação foi dada por Milliet à Comissão da Dívida Externa do Senado em duas etapas: a primeira, em almoço em sua casa a senadores do PMDB (Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Almir Gabriel e Mendes Canale), e, à tarde, ao presidente da Comissão, Carlos Chiarelli, juntamente com Virgílio Távora e Odacir Soares.

O acordo, segundo Milliet, não tem qualquer condição quanto à uma ida futura do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e deverá ser concluído até o final do ano. Mas o primeiro depósito, a ser feito provavelmente no Banco Internacional de Compensações (BIS), na Suíça, poderá ocorrer na próxima semana, concomitantemente com um depósito de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão por parte dos credores.

Ainda segundo Milliet, o acordo não significa a quebra da moratória, mas um sinal de boa vontade e disposição à negociação por parte do Brasil, que assim demonstraria sua intenção de retomar os pagamentos e retornar ao mercado financeiro internacional. Por parte dos bancos credores, o depósito de US\$ 1,5 bilhão revela a disposição destes de continuar oferecendo recursos de que o País necessita.

Em Nova York, segundo nosso correspondente **Moisés Rabinovici**, o acordo era considerado iminente na tarde de ontem, com todos os credores, pois dependia apenas de consultas que alguns negociadores estrangeiros estão fazendo com seus países, como o Japão, a Alemanha, a França e a Suíça. Quanto aos bancos norte-americanos, já estaria tudo certo.

A dificuldade com os bancos fora dos EUA foi considerada normal pelo enviado especial do ministro Bresser Pereira, Fernando Bracher. "Eles têm que consultar", disse Bracher, à tarde, ao voltar para a mesa de negociações. "Esta é que é a dificuldade. Por isso demora tanto. O presidente de um banco está no Japão, o de outro, na Alemanha. Os fusos horários são diferentes. Há uma grande dificuldade nesse sentido." O porta-voz dos bancos credores concordava com as explicações de Bracher e descartava a hipótese de algum anúncio oficial no final do dia.

Porém, o clima ontem em Nova York era mesmo de um acordo iminente, o que era esperado também pelo governo americano. Quando Bracher surgiu às quatro da tarde na esquina das ruas Lexington e 53, em Manhattan, foi cercado pelos repórteres, que queriam a confirmação do acordo. A resposta de Bracher: "As autoridades americanas deram as bases nas quais julgamos que se possa obter um entendimento razoável para se chegar aos fins que se deseja. Nós estamos colocando nosso posicionamento, e eles (os credores) têm então de consultar suas bases".

— Estas consultas podem terminar quando?

"Não sei. Não podem demorar muito. Sei lá... até o fim da semana, uma coisa assim", disse Bracher, que pela manhã conversara, por telefone, com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no Brasil.

Acerto "substantivo"

Em Brasília, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, disse que escapando da reclassificação, já que o item Brasil foi colocado como último assunto a ser tratado pela **Interagency Country Exposure Revue Commite**, o que deve acontecer somente na sexta-feira, e, confirmado o acordo com os bancos credores, o País poderia vir a depositar até US\$ 1,5 bilhão, contra depósitos de US\$ 2,8 bilhões a US\$ 3 bilhões por parte dos credores, até o final de 87 e início de 88.

Segundo o senador Carlos Chiarelli, o acerto "substantivo" está pronto, faltando apenas definir a operacionalização do mesmo, como a forma de aplicação dos recursos e a maneira como será retirada a "caução", caso o acordo definitivo não tenha êxito.

Fernando Milliet, por sua vez, negou qualquer tipo de impasse nas negociações conduzidas nos Estados Unidos por Fernão Bracher e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e ressaltou a possibilidade de um acordo concreto até o final do ano. Disse ser "rigorosamente falso" que este acordo inclua a obrigatoriedade de que o Brasil vá ao FMI, após sua conclusão.

Segundo **Moisés Rabinovici**, Fernão Bracher corrigiu à tarde uma notícia publicada ontem pelo **Wall Street Journal**, que dizia que o Brasil teria que concordar com um programa econômico do FMI, segundo uma cláusula, ainda em discussão, do plano do Federal Reserve e do Departamento do Tesouro. "Não. A idéia é a de que, se o Brasil for ao FMI, e quando ele for, será independentemente dos bancos. Não tem nada a ver com os bancos." Mais tarde, respondendo a outra pergunta, Bracher esclareceria que o plano prevê que o Brasil defina a sua posição em relação ao FMI, mas sem exigir nenhum compromisso.

Em Brasília, os senadores que ouviram o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, consideraram promissora a proposta brasileira. Eles disseram ser satisfatória a explicação de Milliet de que o depósito brasileiro no BIS não significa um pagamento puro e simples, já que o dinheiro poderá voltar ao País.

A renegociação global da dívida, no entanto, disse Milliet, só deverá ocorrer no próximo ano, passada a atual instabilidade do mercado internacional, evidenciada pelo **crash** nas principais bolsas de valores do mundo, e tendo o Brasil uma nova Constituição. O **crash**, comentou Milliet, veio demonstrar que a situação internacional é fortemente influenciada pela política dos EUA, e que a estabilidade do mercado depende dela. Por isso, afirmou, é necessário que EUA, Japão e Alemanha venham a entrar em um acordo consensual em busca do equilíbrio, caso contrário há grave ameaça de uma crise generalizada.

O **crash**, segundo Milliet, não ajuda nem atrapalha a renegociação da dívida ou a conversão da mesma, já que o Brasil continua com uma "economia atrativa e competitiva", mas veio demonstrar que os países devedores não podem se submeter a oscilações bruscas das taxas de juros, fator não controlado por eles.